



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 - UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018**

NÍVEL E (Nível Superior)

ENGENHEIRO / Área: ENGENHARIA SANITÁRIA

13 de maio de 2018

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo Conhecimentos Básicos - 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 11 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 12 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Reencarnação

1 Em sua última vida (ao menos das que tivemos notícia), Peter Hulme era um simples funcionário
2 de bingo em Birmingham, Inglaterra. No entanto, ele vivia às voltas com um sonho recorrente e dramático:
3 nele, soldados que pareciam vindos do passado atacavam um castelo sempre inacessível. Hulme não
4 nutria maior interesse por história e jurava não ter ideia da origem de suas visões. Em busca de uma
5 resposta, nos anos 90, submeteu-se a sessões de hipnose. O resultado foi inusitado: concluiu que também
6 tinha sido John Raphael, soldado escocês servindo a certo capitão Leverett na Escócia do século 17.

7 Parecia uma fantasia, mesmo porque inexistiam registros históricos de uma batalha na região e
8 nas circunstâncias descritas por Hulme. Investigando por conta própria, ele e seu irmão Bob encontraram
9 indícios da existência do castelo e, empolgados, resolveram viajar à Escócia em busca de provas. Contra
10 todas as expectativas, recuperaram resquícios de batalha no local apontado por Hulme – e, mergulhando
11 em documentos antiquíssimos, acharam documentos que comprovam a existência de um capitão Leverett
12 e do próprio John Raphael. Com base nesses indícios, Peter Hulme afirmou até o fim da vida que suas
13 memórias eram genuínas e ele era, de fato, a reencarnação de um soldado escocês. O caso de Hulme não
14 está acima de dúvidas: historiadores apontam inconsistências e contradições nas memórias do suposto
15 reencarnado. Mas o relato ilustra uma situação que ainda intriga a ciência: pessoas que juram recordar
16 experiências de vidas passadas, em detalhes às vezes desconcertantes para os cientistas.

17 A ideia de uma consciência que sobrevive à morte e reencarna em novos corpos é quase tão antiga
18 quanto a fé em divindades e surgiu de forma independente em inúmeras culturas ao redor do planeta. De
19 todos os cantos do globo, encontrou na Ásia o terreno mais fértil. A ideia está tão arraigada nas crenças
20 hinduístas e budistas que, em lugares como Índia e Sri Lanka, a reencarnação é vista como algo quase
21 natural. Não é à toa que surgem de lá muito dos casos considerados mais sólidos pelos pesquisadores do
22 tema – como o de Swarnlata Mishra, que desde os 3 anos recordava com riqueza de detalhes a vida de
23 outra pessoa, chamada Biya e morta quase uma década antes.

24 A naturalidade com que Swarnlata tratava os integrantes de sua “outra” família, ao ponto de
25 mencionar apelidos íntimos de gente que não conhecia pessoalmente, fez com que o caso virasse um
26 clássico e deixa pesquisadores coçando a cabeça até hoje. Mesmo no mundo ocidental, uma boa parcela
27 da população acredita em reencarnações, um interesse que aumentou em alguns países após o surgimento
28 do espiritismo na França do século 19. Na Europa Ocidental, dados de 2006 apontam que 22% pensam
29 que a reencarnação é uma realidade, enquanto nos EUA pesquisas falam em 20 a 25% de crença em vidas
30 passadas. Nas cidades do Ocidente, em especial no Brasil, a doutrina espírita tem grande penetração, e
31 manifestações religiosas recentes, como a cientologia, também levam as vidas passadas como parte de
32 suas crenças.

33 A postura da ciência diante disso tudo é de ceticismo. A maioria dos cientistas trata os relatos de
34 vidas passadas como frivolidades, frutos de autoindução ou fraudes. Além disso, não existe nenhum indício
35 científico de que a “alma” exista ou de que ela possa sobreviver à morte do corpo (ela existiria de que forma
36 entre uma encarnação e outra?). Mas é claro que alguns pesquisadores pensam diferente. Um dos mais
37 destacados foi o psiquiatra Ian Stevenson, que dedicou mais de 40 anos ao estudo de quase 3 mil relatos
38 de crianças ao redor do mundo. De acordo com Stevenson, a maioria das recordações infantis sobre vidas
39 passadas envolve mortes violentas, com relatos iniciando entre 2 a 4 anos e quase sempre desaparecendo
40 antes da adolescência. Ele também estudou sinais de nascença e tumores, dizendo que podiam relevar
41 ferimentos sofridos em vidas anteriores. Em um estudo de 1992, Stevenson cita 49 casos onde foram
42 localizados documentos médicos de pessoas que as crianças diziam ter sido em vidas anteriores. De
43 acordo com o pesquisador, a correspondência entre ferimentos mortais e sinais físicos nos supostos
44 reencarnados seria no mínimo satisfatória em 43 desses casos, 88% do total. No entanto, o próprio
45 Stevenson admitia uma grave lacuna: seus estudos não mostram como seria possível uma consciência
46 sobreviver à morte física e ingressar no corpo de outra pessoa. Seus livros são alvos de muitas críticas,
47 que vão desde análise tendenciosa dos dados até uso de fontes não confiáveis, que já acreditavam em
48 reencarnação antes dos supostos casos na família. Ou seja, não existiria evidência de reencarnação além
49 de depoimentos dos próprios reencarnados ou de indícios que, mesmo intrigantes, podem ser meras
50 coincidências.

51 Mas alguns aspectos de supostas vidas passadas ainda são desconcertantes para a ciência. É o
52 caso, por exemplo, da xenoglossia, uma capacidade súbita que algumas pessoas manifestam de falar, com
53 diferentes graus de fluência, línguas que deveriam desconhecer. Um dos casos mais marcantes é o de Iris
54 Farczády, uma húngara de 16 anos que, no ano de 1933, passou a agir como uma espanhola de 41 anos
55 chamada Lucía, morta anos antes. A suposta reencarnada esqueceu o húngaro natal e passou a falar
56 espanhol fluente, nunca mais recuperando sua personalidade anterior. O caso está registrado no livro

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

57 *Paranormal Experience and Survival of Death* (“Experiência paranormal e sobrevivência da morte”, sem
58 tradução para o português), de Carl Becker, professor de ética médica da Universidade de Kyoto. Para a
59 maioria dos cientistas, a história de Iris (ou Lucía) não passa de mais um caso de almanaque, mas há quem
60 acredite que a comprovação científica da xenoglossia seria a prova definitiva de que a reencarnação é uma
61 realidade. É viver (uma ou mais vezes) para crer.

NATUSCH, Igor. *Reencarnação. Dossiê Superinteressante - Sobrenatural: o lado oculto da realidade.*

Edição 383-A, dez. 2017.

- 1 O texto de Igor Natusch aborda a “reencarnação” sem, contudo, se comprometer com a sua existência. Verifica-se esse fato em trechos como
- (A) “*Hulme não nutria maior interesse por história e jurava não ter ideia da origem de suas visões.*” (linhas 3 e 4)
(B) “*De todos os cantos do globo, encontrou na Ásia o terreno mais fértil.*” (linhas 18 e 19)
(C) “*Mesmo no mundo ocidental, uma boa parcela da população acredita em reencarnações...*” (linhas 26 e 27)
(D) “*Nas cidades do Ocidente, em especial no Brasil, a doutrina espírita tem grande penetração...*” (linha 30)
(E) “*Mas alguns aspectos de supostas vidas passadas ainda são desconcertantes para a ciência.*” (linha 51)
- 2 Em relação à ciência, infere-se da leitura do texto que
- (A) todos os cientistas duvidam da existência da reencarnação.
(B) nenhum cientista se dedica a pesquisar esse assunto.
(C) todos os fatos alegados como prova da reencarnação são passíveis de serem refutados pela ciência.
(D) os indícios de vidas passadas, como sinais de nascença e tumores, são provas científicas da reencarnação.
(A) a xenoglossia é prova definitiva de que a reencarnação é uma realidade.
- 3 De acordo com o texto, a crença em reencarnação
- (A) é recente na história da humanidade.
(B) é rejeitada por hinduístas e budistas.
(C) não encontrou espaço no mundo ocidental.
(D) é antiga e surgiu de forma independente em diferentes culturas.
(E) apareceu com o surgimento do espiritismo na França do século 19.
- 4 A palavra que, no texto, pode ser substituída por **enraizado/a (s)** sem prejuízo para o significado é
- (A) recorrente (linha 2).
(B) fértil (linha 19).
(C) arraigada (linha 19).
(D) genuínas (linha 13).
(E) físicos (linha 43).
- 5 O trecho “*Contra todas as expectativas, ...*” (linhas 9 e 10) leva a compreender que
- (A) as provas encontradas por Hulme frustraram os espectadores.
(B) os achados de Hulme foram de encontro ao que se podia esperar.
(C) as provas encontradas por Hulme eram falsas.
(D) o resultado da investigação de Hulme foi ao encontro do que era esperado.
(E) as descobertas de Hulme estão acima de qualquer suspeita.
- 6 No trecho “*A postura da ciência diante disso tudo é de ceticismo.*” (linha 33), o termo *ceticismo* significa
- (A) crítica.
(B) indiferença.
(C) comprometimento.
(D) certeza.
(E) dúvida.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 7 Peter Hulme afirmava ter sido, em vida passada, um/a
- (A) funcionário de bingo.
 - (B) soldado escocês.
 - (C) húngara de 16 anos.
 - (D) capitão escocês.
 - (E) espanhola de 41 anos.
- 8 Há quem acredite que, para comprovar cientificamente a existência da *reencarnação*, a ciência precisaria
- (A) refutar a afirmação de que a alma existe e pode sobreviver à morte do corpo.
 - (B) mostrar que as visões de Peter Hulme eram pura fantasia.
 - (C) provar que as recordações de Swarnlata Mishra eram falsas.
 - (D) mostrar que a correspondência entre ferimentos mortais e sinais físicos nos supostos reencarnados é insatisfatória.
 - (E) comprovar que os casos de *xenoglossia*, como o de Iris Farczády, são verdadeiros.
- 9 Em relação ao aumento de interesse pela reencarnação no mundo ocidental, é correto afirmar que
- (A) decorre do desenvolvimento da cientologia.
 - (B) ocorreu após o surgimento do espiritismo na França.
 - (C) foi ocasionado pela implantação do espiritismo no Brasil.
 - (D) se deu em razão do aumento de crenças em vidas passadas nos EUA.
 - (E) ocorreu em todos os países, uma vez que a reencarnação é vista como algo natural.
- 10 A expressão idiomática *coçando a cabeça*, que aparece no trecho “*deixa pesquisadores coçando a cabeça até hoje*” (linha 26), informa que os cientistas
- (A) continuam duvidando da existência da reencarnação.
 - (B) continuam intrigados com o caso de Swarnlata.
 - (C) consideram impossível comprovar os relatos de Swarnlata.
 - (D) comemoram os resultados das pesquisas sobre reencarnação.
 - (E) ficam surpresos até hoje diante da naturalidade dos relatos de Swarnlata.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público dar-se-á por
- (A) I – exoneração; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (B) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – falecimento.
 - (C) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (D) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
 - (E) I – exoneração; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
- 12 Contempla a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que a remoção é o deslocamento do servidor,
- (A) a pedido, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (B) de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (C) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (D) a pedido ou de ofício, não obrigatoriamente no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
 - (E) a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com mudança de sede, exclusivamente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 13 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesse particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor:
- (A) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.
- 14 Além de ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, e retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras proibições, tais como:
- (A) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII - guardar sigilo sobre assunto da repartição.
 - (B) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
 - (C) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
 - (D) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; V – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.
 - (E) I – recusar fé a documentos públicos; II – opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço; III – promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição; IV – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; V – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; VI – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; VII – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, dentre outros.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 15 Em conformidade com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado ao servidor público:
- (A) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; VIII – iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos; dentre outros.
- (B) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.
- (C) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- (D) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – cumprir, de acordo com as normas do serviço e as instruções superiores, as tarefas de seu cargo ou função, tanto quanto possível, com critério, segurança e rapidez, mantendo tudo sempre em boa ordem.
- (E) I – O uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influência, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; II – prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; III – ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; IV – usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

material; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; V – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesse de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; VI – pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; VII – resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

- 16 Além da advertência, suspensão e demissão, de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, existem outras penalidades disciplinares, como:
- (A) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; e II – destituição de cargo em comissão.
 - (B) I – destituição de cargo em comissão; e II – destituição de função comissionada.
 - (C) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; e II – destituição de função comissionada.
 - (D) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
 - (E) I – cassação de aposentadoria ou disponibilidade; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- 17 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Para fins deste Decreto, são instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) I – plano bianual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; tão-somente.
 - (B) I – plano trianual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
 - (C) I – plano semestral de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
 - (D) I – plano anual de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
 - (E) I – plano mensal de capacitação; II – relatório de execução do plano anual de capacitação; e III – sistema de gestão por competência.
- 18 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dentre outras finalidades, este Decreto contempla o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, que terá por objetivo:
- (A) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; e II – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública, somente.
 - (B) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; e II – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE, somente.
 - (C) I – contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão; II – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e III – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE.
 - (D) I – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e II – capacitar o servidor para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE, somente.
 - (E) I – capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e II – capacitar o servidor técnico-administrativo, docente, discente e integrantes da comunidade circunvizinha, para o exercício de atividade de forma articulada com a função social da IFE.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 19 De acordo com a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, para todos os efeitos desta Lei, aplicam-se os seguintes conceitos:
- (A) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; e VI – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal, exclusivamente.
- (B) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; VI – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VII – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados.
- (C) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; IV – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; V – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.
- (D) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – nível de classificação: conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições; III – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; IV – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; V – ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.
- (E) I – plano de carreira: conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade; II – padrão de vencimento: posição do servidor na escala de vencimento da carreira em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação; III – cargo: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor; IV – nível de capacitação: posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso; V –

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

ambiente organizacional: área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares, organizada a partir das necessidades institucionais e que orienta a política de desenvolvimento de pessoal; e VI – usuários: pessoas ou coletividades internas ou externas à Instituição Federal de Ensino que usufruem direta ou indiretamente dos serviços por ela prestados, exclusivamente.

- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. No atendimento aos usuários dos serviços públicos, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes práticas:
- (A) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos congêneres; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.
 - (B) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos, exclusivamente.
 - (C) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
 - (D) I – padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e II – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente, exclusivamente.
 - (E) I – gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania, nos termos da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996; II – sem a necessidade de padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, guias e outros documentos; e III – vedação de recusa de recebimento de requerimentos pelos serviços de protocolo, exceto quando o órgão ou a entidade for manifestamente incompetente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 De acordo com o Art. 4º da Lei nº 9.966/2000 (Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências), as substâncias nocivas ou perigosas classificam-se em categorias, conforme o risco produzido quando descarregadas na água. Quanto a essas categorias, analise os itens seguintes.
- I Categoria A: alto risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático.
 - II Categoria B: médio risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático.
 - III Categoria C: risco moderado tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático.
 - IV Categoria D: baixo risco tanto para a saúde humana como para o ecossistema aquático.

Estão corretos os itens

- (A) I e II, somente.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) II e IV, somente.
 - (D) I, II e III, somente.
 - (E) II e III, somente.
- 22 As substâncias usualmente consideradas poluentes do ar são classificadas como
- (A) Compostos de Enxofre (SO₂, SO₃, H₂S, sulfatos).
 - (B) Compostos de Nitrogênio (NO, NO₂, NH₃, HNO₃, nitretos).
 - (C) Compostos orgânicos de Carbono (hidrocarbonetos, álcoois, aldeídos, cetonas e ácidos inorgânicos).
 - (D) Compostos halogenados (HCL, HFC, cloretos, fluoretos).
 - (E) Material particulado (mistura de compostos no estado sólido ou gasoso).

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 23 Quanto às concentrações dos poluentes na direção do vento, é correto afirmar:
- (A) São inversamente proporcionais à taxa de emissão da fonte.
 - (B) São diretamente proporcionais à velocidade média do vento.
 - (C) São diretamente proporcionais aos níveis de dispersão horizontal e vertical.
 - (D) São diretamente proporcionais à altura efetiva da chaminé.
 - (E) São inversamente proporcionais à distância entre a fonte e o receptor.
- 24 Quanto à dimensão da área atingida, os problemas de poluição do ar são classificados em problemas globais e em problemas locais. Os problemas globais são:
- (A) Efeito estufa, destruição da camada de ozônio e chuva ácida.
 - (B) Efeito estufa, destruição da camada de ozônio, chuva ácida e “smog” industrial.
 - (C) Efeito estufa, destruição da camada de ozônio, chuva ácida, “smog” industrial e “smog” fotoquímico.
 - (D) Efeito estufa, destruição da camada de ozônio, chuva ácida, “smog” industrial e “smog” magnético.
 - (E) Efeito estufa, destruição da camada de ozônio, chuva ácida, “smog” industrial e “smog” eletromagnético.
- 25 Quanto à formação, os solos são classificados em quatro grupos principais. Em relação a esses grupos, analise as afirmativas seguintes.
- I Solos residuais: são aqueles em que o produto do processo de decomposição não permanece no próprio local em que se deu o fenômeno.
 - II Solos transportados: são aqueles que, em seguida à sua formação, são carregados pela ação fluvial, eólica, marinha, etc.
 - III Solos coluvionais: são aqueles formados pela movimentação lenta da parte mais superficial do manto de intemperismo sob a ação de agentes diversos, principalmente da gravidade.
 - IV Solos orgânicos: são aqueles formados pela fração mineral argilosa e acrescida de uma proporção variada de matéria orgânica predominantemente animal.
- Estão corretas as afirmativas
- (A) I e II, somente.
 - (B) I e III, somente.
 - (C) II e III, somente.
 - (D) II e IV, somente.
 - (E) I, II, III, e IV.
- 26 De acordo com o Art. 4º da Resolução CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011 (Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA), é correta a seguinte definição:
- (A) Capacidade de suporte do corpo receptor: valor mínimo de determinado poluente que o corpo hídrico pode receber, sem comprometer a qualidade da água e seus usos determinados pela classe de enquadramento.
 - (B) Concentração de Efeito Não Observado – CENO: menor concentração do efluente que não causa efeito deletério estatisticamente significativo na sobrevivência e reprodução dos organismos sem um determinado tempo de exposição, nas condições de ensaio.
 - (C) Concentração Letal Mediana – CL50 ou Concentração Efetiva Mediana – CE50: é a concentração do efluente que causa efeito moderado (letalidade ou imobilidade) a 50% dos organismos, em determinado período de exposição, nas condições de ensaio.
 - (D) Efluente: é o termo usado para caracterizar os despejos líquidos provenientes de diversas atividades ou processos.
 - (E) Fator de Toxicidade – FT: número adimensional que expressa a maior diluição do efluente que não causa efeito deletério agudo aos organismos, num determinado período de exposição, nas condições de ensaio.
- 27 Para a determinação da quantidade de água requerida ao sistema, em termos de vazão demandada, é necessário o estudo do seguinte aspecto:
- (A) Alcance do consumo.
 - (B) Previsões de perdas.
 - (C) Estimativa dos consumos.
 - (D) Estimativa de população.
 - (E) Variações de populações.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 28 Quanto aos requisitos de qualidade de água para consumo humano, é correto afirmar:
- (A) Sabor e odor: são causados por substâncias metálicas, como o ferro ou o manganês, matérias húmicas, tatinos, algas, plantas aquáticas e protozoários, ou por resíduos orgânicos ou inorgânicos de indústrias.
 - (B) Cor: são os meios primários pelos quais se determina o uso ou a aceitabilidade da água.
 - (C) pH: em abastecimento de água, é insignificante, porque não afeta o processo de tratamento de água e não contribui para a corrosão das estruturas das instalações hidráulicas.
 - (D) Turbidez: é atribuída principalmente às partículas sólidas em suspensão, que diminuem a claridade e reduzem a transmissão da luz no meio.
 - (E) Acidez: capacidade da água em resistir às mudanças de pH causadas pelos ácidos.
- 29 Por meio da Portaria nº 2.914/2011, foram definidos os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Sobre o assunto, considere as afirmativas seguintes.
- I Água para consumo humano: água potável destinada à ingestão, preparação e produção de alimentos e à higiene pessoal, dependentemente da sua origem.
 - II Água potável: água que atenda ao padrão de potabilidade estabelecido na Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde e que ofereça riscos à saúde.
 - III Água tratada: água submetida a processos físicos, químicos ou combinação destes, visando atender ao padrão de potabilidade.
 - IV Sistema de abastecimento de água para consumo humano: instalação composta por um conjunto de obras civis, materiais e equipamentos, desde a zona de captação até as ligações prediais, destinada à produção e ao fornecimento coletivo de água potável, por meio de rede de distribuição.
- Estão corretas as afirmativas
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) II e III, somente.
 - (C) I, II e III, somente.
 - (D) II, III e IV, somente.
 - (E) III e IV, somente.
- 30 Para escolher os processos e operações apropriados para o tratamento de água, seja ela oriunda de manancial superficial ou subterrâneo, é necessário levar em conta diversos parâmetros gerais de qualidade da água bruta, dentre os quais, é possível destacar:
- (A) pH, alcalinidade, dureza, turbidez, matéria orgânica natural, sólidos dissolvidos totais e oxigênio dissolvido.
 - (B) pH, alcalinidade, dureza, turbidez, matéria orgânica natural, sólidos dissolvidos totais e coagulação.
 - (C) pH, alcalinidade, dureza, turbidez, matéria orgânica natural, sólidos dissolvidos totais e floculação.
 - (D) pH, alcalinidade, dureza, turbidez, matéria orgânica natural, sólidos dissolvidos totais e flotação.
 - (E) pH, alcalinidade, dureza, turbidez, matéria orgânica natural, sólidos dissolvidos totais e decantação.
- 31 A rede coletora (coletores) é uma parte constituinte de um sistema de esgotamento sanitário. É constituída por
- (A) coletor predial, coletor de passeio, coletor de rua e interceptor.
 - (B) coletor predial, coletor de passeio, coletor de rua e coletor principal ou coletor-tronco.
 - (C) coletor predial, ligação predial, coletor de esgoto, coletor-tronco e estação elevatória.
 - (D) coletor predial, ligação predial, coletor de esgoto, coletor-tronco e sifão invertido.
 - (E) coletor predial, interceptor, estação elevatória e coletor-tronco.
- 32 Os poços de visita (PV's) são estruturas destinadas a permitir o ingresso do operador para efetuar serviços de inspeção e manutenção dos coletores. Os PV's devem ser previstos na seguinte situação:
- (A) Intercessão de apenas 1 (um) coletor.
 - (B) Mudança na velocidade do efluente do coletor.
 - (C) Mudança na declividade do coletor.
 - (D) Mudança da vazão do efluente do coletor.
 - (E) As distâncias máximas dos PV's serão de 80 m para os diâmetros de 100 mm e 150 mm, e de 150 m para diâmetros maiores.

- 33 Os componentes do poço de visita (PV) são:
- (A) Laje de fundo, câmara de trabalho ou balão, câmara de acesso ou chaminé, laje excêntrica de transição e poço luminar.
 - (B) Laje de superfície, câmara de trabalho ou balão, câmara de acesso ou chaminé, laje excêntrica de transição e poço luminar.
 - (C) Laje de superfície, câmara de acesso ou chaminé, laje excêntrica de transição e poço luminar.
 - (D) Laje de fundo, câmara de trabalho ou balão, câmara de acesso ou chaminé, laje excêntrica de transição e tampão ou caixilho.
 - (E) Laje de superfície, câmara de acesso ou chaminé e poço luminar.

34 Sobre os níveis do tratamento dos esgotos, considere as afirmativas seguintes.

- I Tratamento preliminar: remoção de sólidos em suspensão grosseiros (materiais de menores dimensões e areias).
- II Tratamento primário: remoção de sólidos em suspensão sedimentáveis, DBO em suspensão (associada à matéria orgânica componente dos sólidos em suspensão sedimentáveis).
- III Tratamento secundário: remoção da DBO em suspensão (caso não haja tratamento primário: DBO associada à matéria orgânica em suspensão, presente no esgoto bruto).
- IV Tratamento terciário: remoção de nutrientes, organismos patogênicos, metais pesados, compostos biodegradáveis, sólidos orgânicos dissolvidos e sólidos em suspensão remanescentes.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) I, II e IV, somente.
- (E) II e III, somente.

35 De acordo com a Norma 13.969/1997 da ABNT (Tanques sépticos – Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – Projeto, construção e operação), é correta a seguinte definição:

- (A) Sistema local de tratamento de esgotos: Sistema de saneamento em que as distâncias entre as fontes geradoras de esgotos, seu tratamento e disposição final são próximas entre si, não necessitando normalmente de rede coletora extensa, coletor-tronco, poços de visita, emissários, elevatórias etc.
- (B) Reuso local de esgoto tratado: Utilização local do esgoto tratado para diversas finalidades, inclusive para o consumo humano.
- (C) Poço absorvente; sumidouro: Poço escavado no solo, destinado à depuração e disposição final do esgoto no nível superficial.
- (D) Porosidade do meio filtrante (n): Relação entre o volume total de um meio filtrante e o volume total de vazios, expressa pela relação $n = 100 (V_t/V_v)$.
- (E) Lagoas com plantas aquáticas: Tratamento no qual o esgoto é mantido em um tanque fundo com plantas aquáticas flutuantes, cuja remoção de poluentes se dá através de plantas e micro-organismos fixos nas raízes destas.

36 Sobre o tratamento de águas residuárias industriais, é correto afirmar:

- (A) O primeiro passo é a caracterização apenas quantitativa da água residuária, visando a conhecer as frações biodegradáveis ou não biodegradáveis e demais componentes a serem removidos.
- (B) A relação DQO / DBO é a mais comumente utilizada para verificação do conteúdo orgânico biodegradável.
- (C) As águas residuárias geradas pela agroindústria são consideradas não biodegradáveis.
- (D) No caso de efluentes biodegradáveis, é importante conhecer a relação entre as frações facilmente biodegradáveis e as pouco ou não biodegradáveis.
- (E) Os efluentes biodegradáveis, em geral, requerem caracterização detalhada para definição de processos físico-químicos destinados à formação de precipitados e sua posterior remoção por operações físicas de separação.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

37 Sobre o tratamento de águas residuárias industriais biodegradáveis, é correto afirmar:

- (A) Independentemente do grau de biodegradabilidade de uma água residuária, pode ser necessária a implantação de unidades de tratamento preliminar – secundário.
- (B) As unidades de tratamento preliminar e primário usuais são grades, peneiras, caixa de retenção de gorduras, sistema de flotação e decantadores com ou sem auxiliar químico.
- (C) Muitas vezes, para atendimento à legislação, pode ser necessária a implantação de tratamento secundário para remoção de matéria orgânica remanescente, nutrientes e micro-organismos.
- (D) A utilização de processos aeróbios, anaeróbios / anóxicos, separadamente ou combinados, possibilita a remoção da matéria orgânica não biodegradável, nutrientes e demais poluentes.
- (E) O processo anaeróbio pode ser a melhor escolha para a adequação da qualidade da água residuária aos padrões de lançamento devido à partida rápida, à potencialidade de tratamento de águas residuárias diluídas, em baixas temperaturas e deficientes em alcalinidade, entre outros.

38 Sobre o processo de tratamento de águas residuárias industriais não biodegradáveis, é correto afirmar:

- (A) Remove os compostos nitrogenados.
- (B) Remove os compostos sulfurosos.
- (C) Utiliza o processo de cromação.
- (D) Remove os compostos hidrogenados.
- (E) Remove os compostos orgânicos.

39 As áreas ribeirinhas, inundadas pelo curso d'água durante os períodos de cheia, têm sido ocupadas pela população durante a estiagem. Os prejuízos resultantes são evidentes. Para alterar esta tendência é necessário adotar princípios de controle de enchentes que considerem determinados requisitos. Quanto a esses requisitos, analise os itens seguintes.

- I O aumento de vazão devido à urbanização deve ser transferido para jusante.
- II As medidas de controle devem ser preferencialmente estruturais.
- III O horizonte de avaliação deve contemplar futuras ocupações urbanas.
- IV As áreas ribeirinhas somente poderão ser ocupadas dentro de um zoneamento que contemple as condições de enchentes.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) III e IV, somente.

40 Os componentes de um sistema de drenagem de águas pluviais são:

- (A) Sarjetas, bocas de lobo, poços de visita, caixas de ligação e interceptores.
- (B) Sarjetas, bocas de lobo, poços de visita, caixas de ligação e galerias de águas pluviais.
- (C) Sarjetas, bocas de lobo, poços de visita, caixas de ligação e poço luminar.
- (D) Sarjetas, bocas de lobo, poços de visita, caixas de ligação e laje de fundo.
- (E) Sarjetas, bocas de lobo, poços de visita, caixas de ligação, laje de fundo e tampão.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 41 Em um sistema predial hidrossanitário é extremamente importante a limpeza periódica do reservatório (pelo menos duas vezes ao ano), para garantir potabilidade da água, a qual pode ter veículo direto ou indireto para transmissão de doenças. Para essa limpeza, deve-se obedecer ao seguinte requisito:
- (A) Abrir o registro de entrada de água no reservatório e fechar todas as torneiras da edificação, deixando que a água fique retida em todos os canos existentes.
 - (B) Fechar o registro de entrada de água e abrir o registro geral de distribuição, para encher novamente o reservatório.
 - (C) Realizar a desinfecção, utilizando produtos à base de cloro (normalmente se adicionam 2 litros de hipoclorito de sódio a 11 % para cada 500 litros de água).
 - (D) Realizada a desinfecção, abrir o registro geral e todas as torneiras, para esvaziar o reservatório, deixando a solução de sulfato de alumínio escoar por todos os canos da instalação.
 - (E) Antes de utilizar a água para consumo, encher novamente o reservatório com água limpa e voltar a esvaziá-lo, para eliminar os resíduos de cloro.
- 42 Os mais importantes dispositivos controladores de fluxo utilizados nas instalações hidráulicas são:
- (A) Torneiras, misturadores, registros de gaveta, registros de pressão, válvulas de descarga, válvulas de retenção, válvulas de alívio ou redutores de pressão.
 - (B) Torneiras, misturadores, registros de gaveta, registros de pressão, válvulas de descarga, válvulas de retenção e medidor de vazão.
 - (C) Torneiras, misturadores, registros de gaveta, registros de pressão, válvulas de descarga, válvulas de retenção e hidrômetros.
 - (D) Torneiras, misturadores, registros de gaveta, registros de pressão, válvulas de descarga, válvulas de retenção, chave boia e hidrômetros.
 - (E) Torneiras, dissipadores, registros de pressão, chave boia e hidrômetros.
- 43 Para conforto dos moradores com relação aos níveis de ruído provocados pelas instalações hidrossanitárias, uma distribuição correta dos cômodos também é de fundamental importância.
- Sobre o assunto, considere os itens seguintes.
- I Localizar as peças de utilização na parede oposta à contígua aos ambientes habitados ou, na impossibilidade disso, utilizar dispositivo antirruído nas instalações.
 - II Não utilizar tijolos vazados de cerâmico ou concreto nas paredes que suportem tubulações de água de alimentação com ramais para válvula de descarga ou sob pressurização pneumática.
 - III Deixar um recobrimento mínimo de 50 mm na face voltada para dormitórios, sala de estar, sala íntima e escritórios.
 - IV Utilizar vasos sanitários com válvula de descarga, em vez de acoplados à caixa de descarga.
- Estão corretos os itens
- (A) I, II e IV, somente.
 - (B) II, III e IV, somente.
 - (C) III e IV, somente.
 - (D) I, III e IV, somente.
 - (E) I, II e III, somente.
- 44 De acordo com a Norma NBR 8.160/1999 (Sistemas Prediais de Esgoto Sanitário – Projeto e Execução), um sistema predial de esgoto sanitário deve ser projetado de modo a
- (A) evitar a contaminação da água, de forma a garantir a sua qualidade de consumo, tanto no interior dos sistemas de suprimento e de equipamentos sanitários como nos ambientes receptores.
 - (B) permitir o lento escoamento da água utilizada e dos despejos introduzidos, evitando a ocorrência de vazamentos e a formação de depósitos no interior das tubulações.
 - (C) possibilitar o acesso de corpos estranhos ao interior do sistema.
 - (D) possibilitar o acesso de esgoto ao subsistema de ventilação.
 - (E) impedir a fixação dos aparelhos sanitários somente por dispositivos que facilitem a sua remoção para eventuais manutenções.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

- 45 O conjunto de ações exercidas, direta e indiretamente, para resolver o problema dos resíduos sólidos recebe o nome de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Sobre este assunto, é correto afirmar:
- (A) Atualmente, os diversos tipos de resíduos são tratados e dispostos independentemente uns dos outros.
 - (B) Todas as ações devem estar de acordo com o plano estadual de gestão integrada de resíduos sólidos ou com algum plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PNRS).
 - (C) Ele envolve a coleta, o transporte, o transbordo, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos e a disposição final dos rejeitos.
 - (D) Para que se possam gerenciar adequadamente os resíduos, é preciso conhecer seu aspecto apenas quantitativo, bem como sua flutuação.
 - (E) O gerenciamento de resíduos de uma metrópole é igual àquele feito para uma população equivalente, mas distribuída em municípios pequenos e mais ou menos isolados.
- 46 O gerenciamento de resíduos sólidos apresenta tecnologias de Resíduos Sólidos de Saúde (RSS) com o objetivo principal de eliminar sua patogenicidade, permitindo sua disposição em aterros sanitários. Essas tecnologias são:
- (A) Valas sépticas: são equivalentes aos aterros em vala ou trincheira, porém se destinam exclusivamente aos RSS inertes.
 - (B) Autoclaves: esterilizam o resíduo, expondo-o a vapor de água insaturado, aquecido e sob pressão durante um tempo indeterminado.
 - (C) Micro-ondas: é a exposição do resíduo a temperaturas baixas durante um tempo determinado.
 - (D) Esterilização por radiação ionizante: utilizam os raios gama, de alta energia, provenientes de fontes radioativas de Cobalto – 60.
 - (E) Tyndallização ou esterilização fracionada: consiste em submeter os resíduos a aquecimentos por vapor a 200 °C por alguns minutos, repetindo-se a operação de três a seis vezes com intervalos de 24 horas.
- 47 De acordo com o Art. 2º da Lei 11.445/2007 (Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências), os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base em princípios fundamentais. Quanto a esses princípios, considere os itens seguintes.
- I Universalização do acesso.
 - II Integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados.
 - III Abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à degradação do meio ambiente.
 - IV Disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e IV, somente.
- (B) II, III e IV, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) I, III e IV, somente.
- (E) I, II e III, somente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 031/2018 – UNIFESSPA, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2018

48 Existem muitos conceitos na literatura sobre resíduos sólidos, mas, do ponto de vista da atuação profissional, o que vale é a definição estabelecida em lei, no caso a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Quanto ao que esta Lei, no inciso XVI do Artigo 3º, estabelece como resíduos sólidos, considere os itens seguintes.

- I Matérias, substâncias, objetos ou bens descartados, nos estados sólidos ou semissólidos.
- II Líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviável em face da melhor tecnologia disponível.
- III Resíduos radioativos.
- IV Gases contidos em recipientes.

Estão corretos os itens

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III, somente.
- (C) I, II e IV, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) III e IV, somente.

49 A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos determinados princípios. Quanto a esses princípios, analise os itens seguintes.

- I Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.
- II Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
- III Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.
- IV Proteção do ecossistema, com a preservação de áreas representativas.

Estão corretos os itens

- (A) I e IV, somente.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e IV, somente.
- (E) III e IV, somente.

50 De acordo com o Art. 71 da Lei nº 9.605/1998 (Lei de crimes ambientais), o processo administrativo para apuração de infração ambiental deve observar determinados prazos máximos. Quanto a esses prazos, analise os itens seguintes.

- I Trinta dias para o infrator oferecer defesa ou impugnação contra o auto de infração, contados da data da ciência da autuação.
- II Trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data da sua lavratura, apresentada ou não a defesa ou impugnação.
- III Vinte dias para o infrator recorrer da decisão condenatória à instância superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, ou à Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, de acordo com o tipo de autuação.
- IV Cinco dias para o pagamento de multa, contados da data do recebimento da notificação.

Estão corretos os itens

- (A) II e III, somente.
- (B) I, III e IV, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) I, II, III e IV.